

O Real Gabinete Português de Leitura, primeiro embrião de reflexão humanística

RODRIGO LEAL RODRIGUES

O que hoje realmente nos deve deslumbrar a todos, é a premonição que foi determinando comportamentos aos portugueses, ao longo dos tempos. Não nos queremos referir. àquela idéia de se plantar o pinhal de Leiria, com a visão de que anos mais tarde a madeira seria necessária à construção das caravelas dos Descobrimentos. Isso sugere-nos mais uma aula de História para crianças de instrução primária, que certamente não tem nada a ver com a intenção de segurar o mar nos seus limites, impedindo a “desertização” da terra pela invasão do inenso areal.

Queremos lembrar sim, D. Afonso Henriques enfrentando sua mãe nos campos de São Mamede e sonhando o futuro e o novo reino, independente e livre de Aragão.

Queremos lembrar sim, D. Diniz acoitando o que sobrou da Ordem dos Templários, criando a Ordem de Cristo e garantindo assim os meios que iriam fazer com que mais tarde o Grão Mestre da Ordem, o Infante D. Henrique, criasse a Escola Náutica de Sagres e daí os alicerces das descobertas que iriam garantir para Portugal, em partes iguais com a Espanha, a divisão do mundo, (Tratado de Tordesilhas 1494).

Queremos lembrar sim, o Marquês de Pombal, que ao contrário da chamada evangelização dos índios feita pelos Jesuítas, partiu para a civilização dos mesmos, numa política original de colonização que só muito mais tarde, já no século XIX, é que iria ser copiada pelas restantes nações da Europa. Era um novo conceito laico de promoção social. O Marquês de Pombal que acabou com a que chamou de “diabólica invenção dos Jesuítas”, isto é, a *língua geral*, uma mistura de tupi e de guarani, que nem os próprios índios entendiam, e obrigou todos a falar a língua portuguesa, integrando assim definitivamente o Brasil no mundo da lusofonia. A sua linha política, que o seu meio ir-

mão Francisco Xavier de Mendonça Furtado executou aqui na Amazônia brasileira e que mais tarde, como Ministro do Ultramar, iria implantar em Moçambique, foi a semente definitiva de um imenso país.

Queremos lembrar sim, esse português do Brasil, Alexandre de Gusmão, que foi o principal negociador do Tratado de Madrid em 1750, que redefiniu as linhas do Tratado de Tordesilhas, legando ao território brasileiro fronteiras perenes e incontestadas.

Queremos lembrar esse excelso príncipe D. João VI, a quem nunca se fará suficiente justiça quando na iminência de ser atropelado pelos exércitos de Napoleão, teve a premonição de mudar a sede do Reino para o Rio de Janeiro, trazendo para o Brasil na sua Corte, o melhor de Portugal e da Europa não subjugada pelo Corso – e garantindo assim as raízes de uma grande Nação, abrindo-lhe os portos ao mundo e ao futuro.

E queremos, finalmente, lembrar os portugueses do Brasil, que na hora em que a Nação brasileira se declara independente de Portugal, resolvem, logo após, fundar o que viria a ser o Real Gabinete Português de Leitura, em 14 de maio de 1837. E reunir no Brasil os melhores testemunhos da cultura portuguesa. E garantir aos universitários do Brasil, o acesso às suas raízes culturais, que são portuguesas. Pouco a pouco foram formando uma biblioteca que figura hoje entre as mais importantes de todo o Brasil. Alí encontramos a primeira edição dos “Lusíadas”, de Luis de Camões, e o original de “O Amor de Perdição”, de Camilo Castelo Branco, entre tantas outras preciosidades. E deixou-se aqui registrado, por importante, que quando o Real Gabinete Português de Leitura foi fundado, nem sequer o Instituto Histórico e Geográfico existia ainda, pois só iria ser criado em 1839, nos moldes da Academia de Ciências de Lisboa. A própria Universidade também não existia. Havia duas Faculdades de Direito, uma em São Paulo (a nossa Faculdade, a das Arcadas, no Largo de São Francisco) e outra em Olinda, Pernambuco. O Real Gabinete Português de Leitura foi por isso o primeiro Centro Cultural, o primeiro embrião de reflexão humanística, o primeiro fórum de debate cultural, existente no Brasil. E talvez até caiba aqui uma informação que não é do domínio público. Foi o Real Gabinete Português de Leitura que facultou ao antigo Ministério dos Negócios Estrangeiros, (ainda não se chamava Ministério das Relações Exteriores, nem Itamarati) parte da documentação sobre as fronteiras do Brasil, alguma mandada vir expressamente para o Gabinete, diretamente dos arquivos de Portugal. Foi essa mesma documentação que iria facilitar a esse extraordinário homem de Estado, que foi o Barão do Rio Branco, a negociação que culminaria com a assinatura dos diferentes tratados de fronteiras.

Era como se os portugueses do Brasil já tivessem então, em 1837, a premonição de que o Brasil seria um dia o real passaporte para a eternidade da cultura portuguesa. E encontraram então um sentido missionário que havia

caracterizado o homem português ao longo dos séculos, desde os campos de São Mamede, antes da nacionalidade.

Os Centros de Estudos de Cultura Portuguesa começaram hoje a surgir em todo o Brasil. Todavia o primeiro a ser instalado, foi o do Real Gabinete Português de Leitura que o fez em 1969, transformando a Fundação Infante D. Henrique. Por sinal, o seu primeiro Diretor foi o Dr. Antonio Gomes da Costa, ao tempo em que era Presidente da Instituição esse extraordinário português do Brasil, que foi António Pedro Martins Rodrigues.

É a penetração da cultura portuguesa, sobretudo, via universidade brasileira, que irá garantir a perpetuação dessa cultura no futuro. Os portugueses são hoje cerca de doze milhões de pessoas, integrados numa Europa que, a cada dia, mais se encaminha para ser um bloco unitário econômico, onde os países se despersonalizam sempre mais na medida em que o bloco fique mais coeso.

Os grandes contingentes de imigração já pertencem a uma época ultrapassada e a sua qualidade dificilmente teria à chegada, se esta ainda fosse possível com a lei de estrangeiros, condições para vencer a luta de sobrevivência, quanto mais realizar-se. Há que levar em conta que o Brasil, mais ainda por sua condição de país em desenvolvimento, ou até por isso mesmo, chegará ao ano 2.000 com uma população superior a 200 milhões de habitantes. E porque não se foram repondo os portugueses que voltaram ou iam desaparecendo e até porque grande parte dos portugueses que chegaram em 1974 retornaram ou foram desviados para outros destinos que não o Brasil, a faixa etária dos nossos patrícios aqui residentes foi subindo e não nos surpreenderíamos se hoje estivesse rondando a média da casa dos 65 anos. E se levamos em conta a assimilação total dos portugueses na sua segunda geração pelo Brasil, confundidos pelos nomes e também pela língua, podemos concluir que a presença dos portugueses neste país, irá cada dia que passa sendo mais e mais pulverizada, até um dia desaparecer por completo; ou quase.

Razões de história e de presença, mas sobretudo razões de eternidade, tornam urgente que da parte dos portugueses e de Portugal se inicie *uma obra de caráter cultural, extensa e profunda*, já que será no Brasil de amanhã — se não for já no Brasil de hoje — que a língua portuguesa terá a sua melhor expressão. A potência mundial que o Brasil está condenado a vir a ser, fará da língua portuguesa uma das mais importantes do século XXI. E se medidas urgentes não forem tomadas, será uma língua e uma cultura totalmente divorciadas das suas origens e raízes. E este parece-nos ser o grande desafio a enfrentar. Pois não é verdade que o povo português vem perdendo volumes, pesos e conteúdos? A Índia primeiro, (hoje só falando línguas que não a nossa) Angola e Moçambique depois, para não se falar em mais, são parte de um passado, a partir do qual um dia se sonhou um 5º Império. Não um império co-

lonialista, por inoportuno e fora das realidades atuais. Mas um Império Cultural, com uma língua comum ao Brasil.

— Que mais resta aos portugueses e de válido, para deixarem às gerações vindouras, no mundo de amanhã? Tudo perdemos ao longo do caminho e até o conceito de nacionalidade tende aos poucos a ser substituído na medida em que a criação de blocos plurinacionais, forem sendo exigidos pela necessidade de uma melhor sobrevivência coletiva. Se anteciparmos como realidade a criação dos Estados Unidos da Europa, que seremos nós mais que uma província (das mais modestas) dessa coletividade? E que restará depois disso?

As nações são poderosas porque são fortes. Mas seu poderio não lhes confere qualquer conteúdo de eternidade, e se paralelamente não possuem uma cultura própria.

Isto tudo sem falarmos da agressão da chamada 'hispanidad', que a cada dia que passa mais se exercita em substituir os portugueses em espaços culturais tradicionalmente nossos. Os ventos também não têm soprado a favor da cultura portuguesa nos últimos tempos.

Por isso, que muitas das escolas portuguesas em Angola foram substituídas por escolas onde os cubanos ensinam espanhol às crianças angolanas. Por isso que em Moçambique as crianças (as que conseguem sobreviver à fome) estão voltando à "educação" tribal.

Por isso que na Guiné e Cabo Verde, o objetivo maior é sobre viver.

Por isso. . . Por isso. . .

Impõe-se um movimento cultural em direção ao futuro. Que não possa mais ser responsabilidade unicamente da iniciativa privada (Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Cultural Brasil-Portugal, Fundação Antonio de Almeida, TAP, VARIG, e as nossas Associações, os Liceus, os Gabinetes, os Grêmios, a Academia, as Casas de Portugal, o Centro Luso-Brasileiro de Cultura, a Universidade Gama Filho, etc.) mas tem que ser prioridade maior do governo português. Que tem um dever a cumprir com a cultura portuguesa, que transcende a clientela política e até a própria política. Em vez de o Brasil continuar a ser lugar ideal para colocar, na Embaixada e nos Consulados, sobrinhos, afilhados e amigos, que nos mandem "embaixadores" da nossa cultura, professores, escritores, poetas, jornalistas. Gente que ajude os portugueses aqui residentes, a "vender" às Universidades do Brasil a única coisa que temos para nos assegurar, no futuro, o testemunho de um dia haveremos existido como povo: a nossa cultura.